

LÍNGUA COMO OBJETO DE DOMINAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O PRECONCEITO LINGUÍSTICO INFLUENCIADO PELAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE AS CLASSES SOCIAIS

Débora de Lima Nunes¹

Profa. Orientadora: Ma. Emily Gonçalves de Medeiros Ferreira²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as relações de poder entre classes sociais e a língua. Para tanto, foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa e de caráter descritivo, elaborada através de revisão bibliográfica baseada nos estudos de Coutinho (2011); Faraco (2019); Oliveira, Santos, Souza & Araújo (2019); e Bagno (2002; 2014). Dialogando com as pesquisas já realizadas por esses estudiosos, que mostram como a língua muitas vezes é usada como arma de estigmatização e preconceito, este trabalho tenciona contribuir com o desenvolvimento das ideias de pesquisadores, estudantes e professores de língua portuguesa que se interessem por este tema.

Palavras-Chave: História da língua portuguesa; Preconceito linguístico; Poder e classes sociais.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o homem é um ser que historicamente procurou dominar o mundo no qual vive, a linguagem aparece como uma aliada e um importante instrumento de dominação. Através dela, os sujeitos podem explicar o próprio mundo e se inserir num patamar “superior” em relação àqueles que não têm acesso à escrita, por exemplo. Pois, como Bagno (2002) salienta, quem está em tal patamar, para além de ter um certo nível de conhecimento linguístico, muitas vezes procura se sobressair sobre os que não sabem escrever de acordo com as normas-padrões da língua, tidas como corretas e estabelecidas por grupos semelhantes aos seus.

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Letras/Português do Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, *Campus* VI), e-mail: deboradelimanunes@gmail.com;

² Professora Substituta do Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, *Campus* VI). Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Letras – Língua Portuguesa (2018) pela mesma instituição (UFPB), e-mail: emily.gmfA@outlook.com.

Dessa forma, o não uso da língua-padrão estabelecida sempre esteve atrelado a pessoas pobres e sem muita formação, aos lugares regionais em que estão inseridas, aos grupos sociais e religiosos, entre outros. Mas, o que poderia ser interessante para a língua, ou seja, sua não rigidez, que lhe permite ser adequada pelo falante a diferentes contextos de uso, se torna motivo de discriminação e de preconceito linguístico, como enfatiza Bagno (2014).

Nesse sentido, podemos questionar: como as relações de poder têm dialogado com as visões de língua para estigmatizar certos grupos? Para responder a esta questão, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as relações de poder entre classes sociais e a língua, almejando pensar de que maneira ambas estiveram atreladas, ao longo do tempo, e provocando estigmatização de determinados grupos, tidos como minotários.

Para tanto, utilizamos uma metodologia de natureza qualitativa e de caráter descritivo, através da revisão bibliográfica baseada nos estudos de Coutinho (2011); Faraco (2019); Oliveira, Santos, Souza & Araújo (2019); e Bagno (2002; 2014). Além disso, é importante destacarmos que este trabalho é fruto de um ensaio desenvolvido na disciplina “História da língua portuguesa”, ministrada no curso de Letras – Português da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)³. O ensaio foi baseado na leitura das obras “A língua de Eulália” (BAGNO, 2014) e “História do português” (FARACO, 2019).

Dessa forma, visamos dialogar com as pesquisas já realizadas por esses estudiosos, que mostram como a língua é, muitas vezes, usada como arma de estigmatização e preconceito contra determinados grupos. A partir disso, almejamos contribuir com algumas informações para o desenvolvimento de outras pesquisas, propostas por estudantes e professores de língua portuguesa que se interessem pelo assunto.

A seguir, expomos algumas ideias relacionadas à história da língua portuguesa, ao preconceito linguístico e à ligação entre variação linguística e dominação social. Nossas ideias são desenvolvidas em dois tópicos: *História da língua portuguesa: do latim Clássico a reflexões sobre as variações linguísticas do português brasileiro*; e *o preconceito linguístico como mecanismo de dominação estabelecido por determinadas classes sociais*, logo depois, temos a considerações finais de nosso trabalho.

³ Centro de Ciências Humanas e Exatas, *Campus VI*, localizado em Monteiro (PB).

2. HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: DO LATIM CLÁSSICO A REFLEXÕES SOBRE AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS DO PORTUGÊS BRASILEIRO

O latim clássico é uma língua considerada rígida, que ainda hoje segue os moldes do período em que surgiu. Essa língua se estabeleceu a partir das obras de grandes escritores latinos, a partir das quais se firmou no imaginário um ideal de construção, um rebuscamento do vocabulário – não muito diferente do que temos na construção de um discurso de língua portuguesa, que privilegia o uso de termos mais rebuscados e a correção gramatical. À medida que a sociedade foi se desenvolvendo e tendo contato com outras literaturas, os usuários mais pobres foram “adaptando umas palavras reduzidas”, deixando surgir um latim chamado de “vulgar”, mas o latim clássico permanecia com os mais poderosos da sociedade. Assim, a “língua é companheira do Império”, ou seja, língua e poder caminham juntos” (FARACO, 2019, p. 17).

Esse latim com maior flexibilidade, o chamado “latim vulgar”, era a soma de todos os falares das camadas mais humildes da sociedade Romana, como os mais pobres, soldados, escravos, entre outros. Segundo Coutinho (2011), quem fazia o uso do latim clássico eram pessoas voltadas a áreas artísticas, e o latim vulgar era mais usado na prática da vida cotidiana, adaptado de acordo com as necessidades da população. Além disso, o latim vulgar teve uma grande expansão com a queda do Império Romano, a qual fez com que pessoas se espalhassem e a língua recebesse alterações.

Nesse sentido, entendemos que o latim vulgar foi se adentrando nessas camadas mais eruditas porque a língua se altera para facilitar a comunicação. De acordo com Coutinho (2011), podemos ver ainda hoje alguns indícios de que escritores cultos que também utilizavam expressões vulgares em seus textos, a exemplo de Cícero (106 a.C.-46 a. C.).

Contudo, é crucial mencionarmos que nosso interesse é sobre a história da língua portuguesa levando considerando questões externas dessa história e algumas questões internas. Em linhas gerais, o que encontramos na história da língua, quando ela vai se desenvolvendo na sociedade, é justamente esse tipo de movimento, onde o externo o tempo inteiro vai está influenciando o interno.

Tudo isso começou com Roma, que expandiu seu território ao conquistar a Península Ibérica e mais outros territórios, pois o Império de Roma era muito forte e grande. E, entre esses territórios, entra o Noroeste da península Ibérica, onde surgiria o reino de Portugal. No momento que Roma

conquista outros povos, a língua latina entra em contato com essas outras línguas dos povos conquistados. Esse latim, que antes correspondia ao latim próximo àquele da literatura clássica, vai se desenvolvendo e vai gerando novas estruturas. Essas novas estruturas não surgem por uma questão de obrigatoriedade, necessariamente, apesar de, na medida em que a língua vai sendo oficializada nos diferentes lugares, acaba moldando o falar dos sujeitos.

As transformações na língua, em geral, acontecem de forma natural. Pois, segundo Faraco (2019), temos povos que falam duas línguas diferentes e eles se encontram um com o outro e precisam encontrar uma forma de se comunicar. Os soldados que circulavam para cuidar da segurança do lugar, por exemplo, precisavam falar com as pessoas. Esse latim vulgar depois se transformaria, entre outras formas, no “português vulgar” característico das camadas menos prestigiadas da sociedade (comerciantes, pessoas que trabalhavam na lavoura, servos, empregados e escravos).

As camadas mais baixas da sociedade, financeiramente falando, precisariam achar uma forma de se comunicar cotidianamente. Ao mesmo tempo em que essas pessoas precisavam se comunicar, havia uma camada mais alta nessa hierarquia, daqueles que tinham acesso à educação, à instrução, aos textos clássicos. Então, essas pessoas escolarizadas, que tinham acesso à instrução linguística, à escrita, possuíam uma língua mais próxima do latim clássico, de modo que, segundo Faraco (2019), essa estrutura viria a distanciar as classes sociais.

Além disso, os diversos processos históricos e sociais pelos quais a língua passou contribuíram para que ela ganhasse novas construções linguísticas. Dessa forma, o povo de Portugal, que falava o latim vulgar, começara a utilizar também construções linguísticas que vinham dos povos que passaram a habitar em seu território, a exemplo dos Árabes, sendo importante destacarmos que a Península Ibérica, no século VIII, “foi ocupada quase integralmente por invasores muçulmanos de origem árabe e berbere, vindos do Norte da África. Foi uma conquista rápida e fácil porque o reino visigótico hispânico atravessava uma grande crise interna.” (FARACO, 2019, p. 66). Isso ocasionou novas configurações linguísticas.

No século XIII, a língua já havia sofrido diversas mudanças, à medida que o tempo ia passando, deixando evidente que o latim e as construções românticas não formavam mais a mesma língua, pois, de acordo com Faraco (2019, p. 75), a “expansão do uso da língua romântica em diferentes funções sociais foi, portanto, um processo de longo prazo [...]”. Com isso, “durante os

séculos seguintes, esse latim falado pela população Romano-Germânica foi passando por contínuas e profundas mudanças, configurando-se progressivamente no falar romântico, donde emergirão, bem à frente, o galego e português modernos” (FARACO, 2019, p. 92).

Ademais, ao observarmos o século XVI, podemos perceber que as expansões marítimas de Portugal vieram para o Brasil como fruto de sua expansão extra europeia, que:

[...] pôs os portugueses em contato com um sem-número de línguas africanas, asiáticas e americanas instaurando o complexo problema de como alcançar o mútuo entendimento para garantir não só as trocas comerciais [...] mas também eventuais negociações políticas [...] e ainda as práticas de catequese religiosa.

Várias foram os caminhos percorridos para enfrentar essa babélica questão [...] e múltiplos foram os resultados dos contatos linguísticos que ocorreram nas mais diversas situações oriundas da expansão marítima:

- (a) o surgimento de um pidgin e de línguas Crioulas de base portuguesa;
- (b) a transformação de línguas indígenas sul-americanas em línguas coloniais;
- (c) a emergência das chamadas variedades não nativas, decorrentes do uso do português como língua segunda por expressivos contingentes populacionais;
- (d) e, por fim, a consolidação, no Brasil, de uma inteira comunidade extraeuropeia em que a língua portuguesa se consolidou hegemonicamente como língua primeira no correr do século XIX e início do XX (FARACO, 2019, p. 106).

Quando o domínio de Portugal alcançou o território brasileiro, os povos indígenas eram os habitantes nativos da região. Os portugueses, para se comunicar com esses povos e, posteriormente, com outros que chegaram ao Brasil (africanos, franceses, entre outros), passaram pelos processos de comunicação: **Jargão, Pidgin e Crioulo**. Segundo Faraco (2019), o *Jargão* acontece quando se tem o estreitamento das línguas distintas, havendo compreensão através do contexto, mas não se estabelecendo normas linguísticas. Já o *Pidgin* é uma linguagem de caráter emergencial, que tem normas linguísticas estabelecidas e permite haver uma comunicação a partir de um léxico e uma gramática comuns, que permitem o diálogo entre os falantes. Por último, no *Crioulo*, a língua falada no *Pidgin* vai se fixar e se transformar em uma língua única (língua materna), tendo léxico, pronúncia e gramática estabelecidas.

Nesse sentido, é crucial enfatizarmos que a língua de Portugal foi instaurada como língua oficial do povo brasileiro. Entretanto, sendo a língua viva, novas construções dialetais advindas dos povos indígenas, africanos, portugueses, italianos, japoneses, entre outros, foram aderidas pela população. Essa mistura de dialetos formou uma língua cuja estrutura difere, em vários aspectos, do português europeu: o hoje chamado “português brasileiro”.

No entanto, há a crença de que o português correto seria aquele falado e escrito em Portugal, concebendo-se o português brasileiro como repleto de erros linguísticos. Isso pode ser relacionado

ao desenvolvimento do chamado “preconceito linguístico”, em que se associa determinadas formas da língua a camadas sociais não são prestigiadas. Então, quando se fala diferente das estruturas prestigiadas, como aquelas de capitais, por exemplo, se aproximando de uma característica mais interiorana, o sujeito é chamado de “matuto”, identificado como aquele que possui uma linguagem rústica, “[...] como um ‘deficiente’ linguístico, como se ele não falasse língua nenhuma, como se sua bagagem linguística fosse ‘rudimentar’, refletindo conseqüentemente uma ‘inferioridade’ mental” (BAGNO, 2014, p. 29), e isso é uma classificação social a partir da língua e da “norma-padrão por motivos que não são de ordem linguística, mas histórica, econômica, social e cultural” (BAGNO, 2014, p. 28).

Esse sistema reflete toda uma construção do imaginário linguístico. Encontramos esse tipo de relação entre o português brasileiro e o português europeu, e, no Brasil, hoje, há também formas distintas de falar, sendo algumas mais prestigiadas do que outras, que por vezes chegam a ser ridicularizadas. Isso não é uma característica da língua, em si, mas sim de como as pessoas se organizam socialmente e como elas enxergam a língua, enquanto instrumento social.

Nesse sentido, quando observamos a história, vemos que não faz sentido menosprezar determinada forma linguística por ser diferente daquela que é clássica. Na verdade, a língua vai se modificando juntamente com a sociedade, à medida em que o tempo passa, apesar dessas questões. Tanto que, em determinados momentos históricos, as estruturas linguísticas das camadas mais cultas se transformam e se aproximam do que temos nas camadas populares. Hoje, nós entendemos o que é o português brasileiro escolarizado, próprio da modalidade escrita, e o português brasileiro popular, próprio da modalidade falada e que resulta de transformações sofridas pela língua em sua estrutura e decorridas do imaginário que tem sobre ela.

3. O PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MECANISMO DE DOMINAÇÃO ESTABELECIDO POR DETERMINADAS CLASSES SOCIAIS

Desde a Antiguidade, na Grécia, podemos ver que a linguagem assume importante função na vida dos cidadãos. E, desde de muito tempo, o homem tem procurado desenvolver a linguagem, instrumentalizando-a e utilizando-a como uma forma de poder. Tanto que, até os dias atuais, em nossa tradição escolar, criou-se a ideia de que precisamos aprender uma língua-padrão, pois ela,

supostamente, nos ajudará a falar e a escrever “corretamente”. Dessa forma, “em nossa tradição escolar, [...] há uma tendência em se identificar o estudo da linguagem com o estudo da gramática. Criou-se o mito de que é preciso aprender uma língua padrão que, por sua vez, nos ajuda a falar e escrever “corretamente”, inserindo-nos no mundo da norma culta” (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 5).

Esse discurso padronizado, que propaga a forma “certa” de se falar e escrever, está atrelado a valores estabelecidos por uma determinada classe dominante e recebido por uma classe dominada. Ou seja, a língua é uma construção coletivo-social. Por outro lado, a norma-padrão é uma imposição da ideologia dominante, pois, “é perfeitamente compreensível que, ao se estabelecer normas para a utilização da língua, possamos nos perguntar ‘quem’ e com qual interesse essas normas foram denominadas ‘as corretas’” (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 6). Além disso, a ideologia dominante apresenta, em sua maioria o preconceito linguístico com quem apresenta descumprimento das regras da gramática e usa as variações linguísticas, fazendo propagar o pensamento de que o domínio da norma-padrão ou culta é um instrumento de ascensão social.

Nesse sentido, Faraco (2019) apresenta um panorama da polarização da língua portuguesa no Brasil que separa dois grandes grupos de variedades sociais. O primeiro grupo é constituído pelo dito “português brasileiro culto”, falado, geralmente, pela população urbana. O segundo grupo é formado pelas variedades que formam o dito “português brasileiro popular”, de caráter mais rural. Esses dois grupos se caracterizam da seguinte maneira: o grupo que usa o português brasileiro culto é composto pelas pessoas que têm uma educação formal integral, isto é, têm contato constante com a cultura escrita; já o grupo que usa o português brasileiro popular é composto por pessoas que vivem mais na zona rural e que não têm alfabetização ou apresentam diversas variedades linguísticas não oficializadas pela língua padrão. Estes sofrem desprezo daqueles, que caracterizam o português popular como de “pobres”, de “pessoas que integram a massa da população”, entre outras.

Essa questão da ascensão social é muitas vezes reforçada pela educação formal, através do ensino de língua portuguesa. No entanto, a escola não pode mais ignorar tal diversidade linguística, ou rotulá-la como errada utilizando parâmetros estabelecidos por uma elite, que se assemelha aos poderosos que usavam o latim clássico e menosprezavam aqueles da camada mais popular que usavam o latim vulgar. Pois,

[o] domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto [...]. Achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela “suba na vida”

é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana (BAGNO, 2004, p. 70 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 6).

A suposta obrigatoriedade da língua-padrão, independente do contexto de uso e das características linguísticas próprias do falante, é estabelecida no imaginário social por uma associação a grupos privilegiados pelo acesso à educação. Dessa forma, estigmatizar e deslegitimar o uso da língua não-padrão no contexto de ensino é uma atitude problemática, principalmente quando as maneiras de falar e de escrever de certos grupos sociais é rotulada como “incorreta” e o sujeito, em si, passa a ser negativamente avaliado devido à sua “performance” linguística.

Para mudar tal realidade, os professores são extremamente importantes, pois eles podem explicar e esclarecer, a partir de teorias linguísticas consistentes (BAGNO, 2002), que os dialetos da língua não-padrão, que fogem à tradição gramatical, não são confusos e nem incoerentes. A exemplo disto, a personagem Irene, professora de língua portuguesa retratada no livro *A língua de Eulália* (BAGNO, 2014), expõe que o uso de uma linguagem não-padrão nem sempre pode ser considerado um “erro de português”. Em diálogos e observações sobre o modo de falar da personagem Eulália, doméstica e amiga de Irene, expressões como “os fósforo”, “os home”, “as pranta”, “a arvre”, “trabaiá” e “tamém” são formas diferentes de pronúncia, e que não devem ser vistas pelos educadores como erradas, mas sim como diferentes do padrão vigente. Nesse livro Bagno (2014), temos um retrato das regras lógicas e consistentes seguidas pela língua não-padrão assim como ocorre na língua-padrão, isto é, podendo ser descritas e explicadas.

Nessa perspectiva, não podemos esperar apenas um discurso padrão, como se as palavras fossem mecanizadas, sem nenhuma influência externa. Pelo contrário, entre os diversos discursos, podemos encontrar um falar dominante e simultaneamente persuasivo, tido pela maioria como se fosse o “correto”.

Contudo, se analisarmos o início de século XXI, podemos perceber uma espécie de transição, em que os professores têm uma maior consciência das contribuições da ciência Linguística e entendem que ensinar de acordo com os preceitos preconceituosos é inadequado. Através de obras como a de Bagno (2014), por exemplo, temos acesso a uma sólida crítica ao ensino da gramática tradicional, expondo um novo paradigma ao ensino de língua portuguesa:

Tentar preservar, impor e cobrar um padrão de comportamento linguístico único, aristocrático e obsoleto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa

dinâmica da sociedade, da cultura e da língua. Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Nossa luta tem de ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade, da variedade e da pluralidade em todas as esferas da vida social, o que nos obriga a uma crítica do atual processo de renovação do imperialismo e de sua ânsia de hegemonia que se esconde sob o rótulo novidadeiro da globalização (BAGNO, 2002, p. 39).

Portanto, podemos classificar como uma violência cultural se nos encostarmos na tese da natureza político cultural, a qual diz ser violência impor a um grupo social os valores de outro grupo. Pois, se levarmos em consideração que a língua padrão é um dialeto geralmente mais comum nos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório ao público social menos favorecidos por ser tida como uma única forma de falar válida é um retrocesso. A língua padrão é muito importante, mas não é a única existente. Todas as formas de falar tem uma explicação plausível, o que se destaca é o privilégio dado a cada uma. Com isso, não pode ser aceito a imposição de grupo social sobre o outro por se achar superior.

Podemos perceber que os falantes de um determinado dialeto julgam modo de falar de outros grupos a partir do seu, o que muitas vezes os leva a considerar a diferença linguística um erro. Isso, em geral, leva à crença de que os outros não sabem falar e de que reproduzir a língua não-padrão acarreta o afastamento em relação à fala daqueles que são o modelo de comportamento linguístico. Com isso, entendemos que o preconceito se torna mais profundo quando se refere às variedades de uma mesma língua, pois não é comum ser aceito pacificamente que os que falam uma mesma língua falem de maneiras diferentes. Com isso, há, ainda, alguns que sonham com uma língua uniforme, mas a variedade linguística funciona perfeitamente na comunicação, sendo fonte de recursos alternativos que, quanto mais numerosos forem, mais expressivos tornam a linguagem humana.

Em suma, é crucial considerarmos que não há língua que permaneça uniforme. Por esse motivo, ao estudarem os fenômenos da língua, os Sociolinguistas analisam, simultaneamente, os fatores sociais externos e internos atrelados à história da língua, os quais podem explicar as mudanças já ocorridas e aquelas ainda em processo. Pois, desde sempre, a base do português brasileiro apresenta mudanças (FARACO, 2019). De fato, na história da constituição do português brasileiro popular, que se desenvolve também a partir da fala de indivíduos de matriz africana, há uma série de transformações, como a simplificação ou a eliminação de certas estruturas da morfologia flexional. Ademais, a adoção do português como segunda língua pelos aloglotas

escravizados gerou diferentes variações do português popular, o que por sua vez motivou ainda mais o desprezo por parte da elite que via essa parte da população como “o povo pobre”, composto por negros libertos, mestiços sem direito a escolaridade e a cultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao invés de se estigmatizarmos determinadas variações, podemos pensá-las como fonte de enriquecimento para a própria língua. A mudança linguística é inevitável, como mencionamos, e o modo das pessoas falarem pode também ser explicado por ciências como a Linguística, a História, a Sociologia, entre outras. Dessa forma, podemos ver que o preconceito que recai sobre o português brasileiro não-padrão não só é reforçado pela língua-padrão como também está relacionado às diferenças sociais, como a supervalorização do rico e o desprezo pelo pobre. Assim, uma das consequências negativas que o preconceito linguístico pode ter na vida social é a humilhação e o menosprezo do falante pela falta de domínio da norma dita culta. Com isso, cria-se uma distância entre classes sociais por motivos econômicos, sociais e culturais, como ocorrera em outros momentos das histórias das línguas.

Nos ancoramos na problemática que Faraco (2019) apresenta em relação à classificação do português brasileiro dito culto: há um imaginário de que a língua falada pela “boa sociedade”, que é formada pela elite socioeconômica, letrada e composta por um grupo pequeno, é responsável pela ideia de uniformidade do português brasileiro culto. Noutros termos, o português brasileiro dito culto é a variedade do português que recebe até os dias de hoje muito prestígio e é tida como a correta, que deve ser usada por todos os falantes da língua.

Entretanto, é crucial percebermos que as variações linguísticas apresentam uma explicação lógica, sendo classificadas como incorretas por estar atreladas a públicos de classes mais baixas. Esse mesmo padrão social pode ser percebido desde a relação entre latim clássico e latim vulgar até os dias de hoje: uma língua mais rebuscada, usada por grupos privilegiados; e uma língua mais coloquial, que algumas vezes é usada por grupos formais, mas que não é bem vista e muito menos aceita, levando, muitas vezes, ao preconceito linguístico.

Diante disso, entendemos que é fundamental que a formação do professor de língua portuguesa considere a variação linguística e a história da língua. Pois, em sala de aula, não se deve

cair na desconsideração do conhecimento de mundo do aluno/falante; nem na estigmatização da fala como “erro”. Antes, o docente pode esclarecer algumas problemáticas que recaem sobre as variações linguísticas, e que existem contextos de comunicação que requerem o uso de uma forma padronizada, a que é ensinada em sala de aula. Desse modo, a consciência linguística dos sujeitos será aperfeiçoada e se poderá propagar um imaginário linguístico que considera a língua tal como ela é (flexível, mutável, variável), e que a norma-padrão, assim como outras variações da língua, será exigida no diálogo com contextos sociais específicos.

5. REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto. 2014.
- BAGNO, M. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.
- COUTINHO, I. de L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.
- FARACO, C. A. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019.
- OLIVEIRA, A. C.; SANTOS, M. M. V. dos; SOUZA, M. A. N. S.; ARAUJO, M. J. de A. **Língua x poder**: uma análise segundo a perspectiva de Marcos Bagno. OpenRIT Repositório institucional Tirandentes: Sergipe, 2019.